



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR - SEPM - QPMP-0

SOLDADO

Turno: Manhã

Tipo de Prova

5

Sr. Candidato, para ter a sua prova corrigida é obrigatório a marcação do tipo de prova no cartão de respostas. Caso não marque o tipo de prova, o cartão de respostas não será lido e estará automaticamente eliminado do Concurso Público.

TRANSCREVA, NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS, A FRASE ABAIXO PARA O EXAME GRAFOTÉCNICO:

"A beleza da amizade está na diversidade" (Jarid Arraes)

ATENÇÃO

Este caderno contém cinquenta questões de múltipla escolha, cada uma com cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E).

Verifique se este material está em ordem, caso contrário, notifique imediatamente o fiscal. O tempo de duração da prova inclui o preenchimento do cartão de respostas.

Duração da prova: 4 Horas

DISCIPLINA	Nº QUESTÕES
Língua Portuguesa	10
Matemática Básica	10
Noções de Direitos Humanos	10
Noções de Direitos Administrativo e a Legislação Aplicada à PMERJ	10
Noções de Direito Penal e Processual Penal	10
Total de Questões	50

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 2 (duas) horas do início efetivo da prova.
- O candidato poderá retirar-se levando o seu caderno de questões, somente faltando 30 (trinta) minutos para o término da prova.
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu caderno de questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.
- Ao terminar a prova é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o cartão de respostas assinado. Não se esqueça dos seus pertences.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o cartão de respostas, devendo assinar a capa de sala.
- O fiscal de sala n\u00e3o est\u00e1 autorizado a alterar quaisquer dessas instru\u00fc\u00f6es. Em caso de d\u00fcvida, solicite a presen\u00e7a do coordenador local.

BOA PROVA!

Língua Portuguesa

A interpretação de texto envolve leitura e a compreensão de textos escritos.

Responda as questões 1, 2 e 3 a partir do texto abaixo:

O sol que entra pelas janelas no alto da sala ilumina o rosto das mulheres sentadas no carpete. No chão, as biografias de Michele Obama, Angela Davis, Conceição Evaristo e Elza Soares dão dicas do assunto que o projeto "Histórias Além Muros" tratou na tarde da última quartafeira. Sentadas em círculo, 14 presas na Penitenciária Talavera Bruce, em Bangu, na Zona Oeste do Rio, seguram um pedaço de papel e uma caneta. Cada uma tentou, em poucas linhas, escrever parte de sua história. Depois, leram a autobiografia em voz alta e revelaram do que gostam e desgostam no mundo: "Quase não existe coisa de que não gosto, porém, uma me fere a alma: a maldade do ser humano", diz uma delas. "Mesmo estando em situação carcerária, sou feliz, pois aqui aprendi o verdadeiro valor da vida", conta outra. O ambiente reúne uma estante de livros que ocupa uma parede inteira e almofadas espalhadas pelo chão. O espaço é dedicado à leitura e a reflexões que as palavras proporcionam. Cada encontro tem um tema e, para apresentar os livros, as educadoras explicam as características dos gêneros, discutem os autores e realizam atividades relacionadas aos livros indicados. Os encontros ocorrem três vezes por semana, duas vezes por dia, desde 2021.

A proposta veio do sonho de melhorar o acesso aos livros em penitenciárias brasileiras, em especial no Estado do Rio. O acesso das presas à biblioteca não é tão simples. O agente penitenciário precisa estar disponível para leválas e ficar lá, já que elas não podem ficar sozinhas. Além disso, o acervo tem que ter pluralidade de estilos e vozes, considerando diferentes graus de escolaridade. Para facilitar o processo de integração, a biblioteca, pensando no seu público, inclui obras com personagens femininas e negras, por exemplo. E até a organização visa a tornar as obras mais atrativas: as publicações ficam com as capas viradas para a frente, para ajudar na escolha. Desde 2021, mais de 300 mulheres já passaram pelo projeto e pegaram livros na biblioteca.

SOUZA, Roberta de. Disponível em: https://extra.globo.com/rio/casos-de-policia/noticia/2023/07/projeto-apresenta-novo-mundo-a-mais-de-300-presas-do-rio-atraves-da-leitura.ghtml

Questão 1

O tema apresentado pelo texto é:

- (A) o hábito de leitura e escrita de presidiárias.
- (B) a biografia de mulheres negras importantes.
- (C) o quotidiano do presídio talavera bruce.
- (D) um projeto de leitura desenvolvido em presídios.
- (E) uma reflexão sobre a maldade do ser humano.

Questão 2

Na parte inicial do texto, as internas tentaram escrever uma história sobre:

- (A) suas próprias vidas.
- (B) a rotina do presídio.
- (C) a vida de seus familiares.
- (D) seus projetos de leitura.
- (E) uma mulher negra famosa.

Questão 3

Para favorecer a prática da leitura, o projeto disponibiliza livros diversos de forma:

- (A) acidental.
- (B) contingente.
- (C) concomitante.
- (D) arbitrária.
- (E) anárquica.

Questão 4

Para um uso eficaz da língua oral e escrita, há que se considerar a relevância de palavras que servem para dar nome às pessoas, às qualidades, aos sentimentos, aos objetos, aos lugares e a todos os seres, sejam reais ou imaginários. Desse modo, palavras consideradas abstratas designam seres que não têm existência própria e palavras ditas concretas designam seres que têm existência independente. Sendo assim, as palavras:

- (A) anjo, dragão, tritão e cidade são abstratas.
- (B) angústia, saudade, ausência e esperança são concretas.
- (C) vento, fantasma, coração e chuva são abstratas.
- (D) sereia, fantasma, saci e fada são concretas.
- (E) fuga, cegueira, beijo e tristeza são concretas.

Questão 5

Existe um tipo de palavra que varia em gênero, número e pessoa que representa ou acompanha outra palavra, estabelecendo relações de lógica discursiva, espaço e tempo. Analise a assertiva a seguir e indique a alternativa que atende plenamente a colocação de todas as palavras - "É óbvio que eu ______ da melhor forma possível, assim que você _____, mesmo que isso ______ o treinamento".

- (A) o atenderei me chamar atrase-me
- (B) atenderei-o chamar-me atrase-me
- (C) o atenderei me chamar me atrase
- (D) atendê-lo-ei chamar-me atrase-me
- (E) atendê-lo-ei me chamar me atrase

Escrever palavras de forma ortográfica (do grego ORTHOS = correta + GRAPHIA = escrita) é uma parte relevante da língua escrita. Aperfeiçoar o emprego correto das letras na construção das palavras sugere o exercício constante da leitura e da escrita.

Desse	modo,	а	série	de	palavras	que	completa
correta	mente a	s lac	unas d	a asse	ertiva "Aqu	iele	pode
ser uma	a	_, un	າ	_, un	no	u um _	" é:

- (A) apetrecho, prache, ultraje, impecilho, previlégio.
- (B) apetrexo, praxe, ultrage, empecilho, privilégio.
- (C) apetrecho, praxe, ultraje, empecilho, privilégio.
- (D) apetrecho, prache, ultrage, empecilho, previlégio.
- (E) apetrexo, praxe, ultrage, impecilho, previlégio.

Questão 7

Sabe-se que houve um período em nosso país em que a televisão brasileira dispunha de alguns poucos canais abertos, com poucas opções de entretenimento. Apesar dessa realidade pretérita, um eminente estudioso das novelas brasileiras afirma que milhões de pessoas se divertiam à noite com esse produto. Durante um dos capítulos da última semana da história, até o movimento de pessoas nos bares diminuía. Minha mãe alertava todos em casa ao início dos capítulos da última semana: "Tem muita gente falando e temos somente um aparelho de TV! Calem-se!".

A língua portuguesa dispõe de uma classe de palavras que serve para indicar a quantidade exata de seres, ou a posição que um ser ocupa numa determinada série. Nesse texto, a palavra "um":

- (A) emplaca sentido de ordem antes das palavras "um dos capítulos".
- (B) fornece ideia de quantidade antes da palavra "período".
- (C) funciona como termo indicativo de quantidade antes da palavra "aparelho".
- (D) configura sentido quantitativo antes da expressão "eminente estudioso".
- (E) indica posição ocupada em uma série antes da palavra "aparelho".

Questão 8

Elaborar textos na língua portuguesa escrita culta, entre outras habilidades, exige o entendimento acerca das palavras que exprimem ação e seus complementos com ou sem auxílio de outras palavras que servem como ligação. Desse modo, é possível identificar incorreção exceto em:

- (A) "... proíbo-o de sair sem autorização".
- (B) "... reivindicava muito, mas ninguém lhe ajudava".
- (C) "... decidiu que iremos na escola".
- (D) "... lembrei de seus conselhos".
- (E) "... avisei-lhe do horário da fisioterapia".

Questão 9

A leitura atenta da sentença "Hodiernamente, a sociedade parece mostrar empatia para discutir a inserção de povos originários no mercado de trabalho" mostra uma possibilidade de determinadas palavras assumirem, num determinado contexto, significação semelhante. Assim, a palavra "inserção" pode ser substituída, sem alteração de sentido, pela palavra:

- (A) interlocução.
- (B) impulsão.
- (C) imposição.
- (D) introjeção.
- (E) inclusão.

Questão 10

As palavras "por mais" em "por mais que sejam legítimas as reivindicações dos alunos, algumas observações são estapafúrdias" estabelecem entre as orações o sentido de:

- (A) explicação.
- (B) concessão.
- (C) conclusão.
- (D) comparação.
- (E) consequência.

Matemática Básica

Questão 11

É fundamental, em várias ações policiais, preservar e isolar o local da ocorrência. Visando, com isso, a concretização de ações periciais de sucesso. Tais procedimentos encontram-se previstos no Código de Processo Penal.

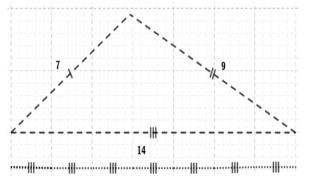
Art. 158-B. A cadeia de custódia compreende o rastreamento do vestígio nas seguintes etapas:

.

II - isolamento: ato de evitar que se altere o estado das coisas, devendo isolar e preservar o ambiente imediato, mediato e relacionado aos vestígios e local de crime;

Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil 03/decreto-lei/del3689.htm acessado em 02/07/2023 às 19h.

Numa ocorrência policial foi solicitado o isolamento por meio da fita zebrada conforme indicado na figura a seguir:



A área total interna ao triângulo de lados 7m, 9m e 14m é de, aproximadamente:

Obs.: se necessário, utilize, $\sqrt{2} \approx 1.4$; $\sqrt{3} \approx 1.7 e \sqrt{5} \approx 2.2$.

- (A) 28,4 m²
- (B) 26,4 m²
- (C) 24,4 m²
- (D) 22,4 m²
- (E) 20,4 m²

Questão 12

"Atualmente, a remuneração básica inicial para a graduação de Aluno Soldado PM é de R\$ R\$ 2.956,41 (dois mil, novecentos e cinquenta e seis reais e quarenta e um centavos) ... e, após o Curso de Formação de Soldados Policiais Militares da Secretaria de Estado de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (CFSd/SEPM-2023) a remuneração básica passa a ser R\$ 5.233,88 (cinco mil, duzentos e trinta e três reais e oitenta e oito centavos)"

Fonte: trecho da página 2 do EDITAL DE ABERTURA № 001/2023 – SEPM, EM 25 DE MAIO DE 2023, disponível em https://cdnibade.selecao.site/edital/1/54/79a1ad31acc34 600b3c5e3f91d02f77f.pdf acessado em 30/06/2023.

G.H.	SOLDO	IHP	GRET	GRAM	VENCIMENTOS
SD PM	R\$ 991,03	R\$ 743,27	R\$ 1.486,54	R\$ 2.013,03	R\$ 5.233,88
ALUNO CFSD	R\$ 817,68	R\$ 0,00	R\$ 1.001,65	R\$ 1.137,08	R\$ 2.956,41

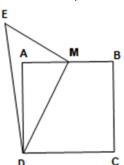
Tabela de remuneração do ALUNO CFSD e SD PM.

Considerando o valor a ser recebido para o candidato aprovado e convocado para ser um dos ALUNOS CFSD e o valor que o mesmo receberá, se aprovado e graduado como SD PM, o percentual aproximado de aumento será de:

- (A) 76%
- (B) 177%
- (C) 43,51%
- (D) 1,77035%
- (E) 77,03%

Questão 13

Na figura abaixo temos o quadrado ABCD de lado igual a 4m e o triângulo retângulo EMD cujo ângulo reto está no ponto médio M, conforme segue:



Utilize, quando necessário, $\sqrt{2}=1,4$; $\sqrt{3}=1,7$; $\sqrt{5}=2,2$ e $\sqrt{7}=2,6$.. Sabendo que $\overline{EM}=\sqrt{15}\,m$, o valor da medida aproximada de \overline{ED} é:

- (A) 5,74 m
- (B) 5,75 m
- (C) 5,72 m
- (D) 5,73 m
- (E) 5,71 m

Soldado

Em Economia, chama-se "ponto de equilíbrio" de produção de uma certa mercadoria, a quantidade q em u.m. (unidades de medida) para a qual o custo total C(q), para produzi-la se iguala à receita R(q), arrecadada com a venda daquela quantidade.

Admita que uma fábrica possua custo total de produção, de uma determinada mercadoria dada pela expressão C(q) = 20q + 1800, q > 0, e cuja receita associada a essa mesma produção seja dada pela expressão R(q) = 50q, onde q>0. Nessas condições, o ponto de equilíbrio daquela mercadoria ocorre quando a quantidade q, em u.m., vale:

- (A) 60
- (B) 50
- (C) 40
- (D) 30
- (E) 20

Questão 15

O número cuja soma com seu antecessor, somando com o seu dobro e o sucessor deste último vale 96 é:

- (A) 38
- (B) 15
- (C) 18
- (D) 16
- (E) 39

Questão 16

Observe a sequência numérica dada por: ¼ ; 1; 0,2; 0,333; 2/3; 1/3; 0,333... ; 0,999... e 2.

Assinale a alternativa na qual os números aparecem na ordem crescente.

- (A) 0.2 < % < 0.333 < 0.333... = 1/3 < 2/3 < 0.999... < 1 < 2
- (B) $0.2 < \frac{1}{4} < 0.333 < 0.333... = \frac{1}{3} < \frac{2}{3} < 0.999... = 1 < 2$
- (C) 0,2 < 1/4 < 0,333 < 0,333... < 1/3 < 2/3 < 0,999... < 1 < 2
- (D) $\frac{1}{4} < 0.2 < 0.333 < 0.333... = \frac{1}{3} < \frac{2}{3} < 0.999... = 1 < 2$
- (E) 0,2 < 1/4 < 0,333 < 0,333... < 1/3 < 2/3 < 0,999... = 1 < 2

Questão 17

É importante saber fazer contas, principalmente no dia a dia. Temos, inevitavelmente, compromissos financeiros. Contas, boletos, parcelas e decidir a melhor opção de compra.



Fonte: A Matemágica, https://amatemagica.wordpress.com/2011/01/06/tirinhas -de-volta/, acessado em 30/06/2023.

Uma pessoa pretende comprar um determinado produto cujo preço à vista era de R\$ 825,00. Sendo um consumidor consciente, pesquisou em algumas lojas para ver os preços e condições.

- A loja "A" fez a seguinte oferta: 9 parcelas iguais de R\$ 82,50, mais uma última parcela com 50% de desconto;
- A loja "B" fez a seguinte oferta: entrada de R\$ 82,50, mais 10 parcelas iguais de R\$ 82,50;
- A loja "C" fez a seguinte oferta: entrada de R\$ 90,00, mais 9 parcelas iguais de R\$ 82,50 mais uma última parcela com 50% de desconto;
- A loja "D" fez a seguinte oferta: entrada de R\$ 41,25, mais 10 parcelas iguais de R\$ 82,50;
- A loja "E" fez a seguinte oferta: entrada de R\$ 75,00, mais 9 parcelas iguais de R\$ 82,50.

Considerando o valor a financiar, a loja com a melhor oferta é a:

- (A) Loja "C"
- (B) Loja "A"
- (C) Loja "B"
- (D) Loja "E"
- (E) Loja "D"

Questão 18

O setor de viaturas de uma unidade militar realiza manutenção preventiva conforme determinados prazos: alinhamento de pneus a cada 15 mil km, correia dentada a cada 50 mil km, filtro de combustível a cada 20 mil km.

Suponha que um grupo de viaturas rode, em média, a mesma quilometragem e faça todas as revisões nos prazos especificados acima. A quilometragem na qual este grupo de viaturas fará, junta, as manutenções de alinhamento de pneus, correia dentada e filtro de combustível é:

- (A) 300 mil km
- (B) 30 mil km
- (C) 60 mil km
- (D) 100 mil km
- (E) 150 mil km

"O único estudo brasileiro de que temos conhecimento que fez uma comparação longitudinal ocorreu no município de Pelotas, na região Sul, e avaliou a prevalência de GNP nos anos de 1993, 2004 e 2015. Observou-se prevalência de 63 e 66% de GNP nos dois primeiros períodos, com queda para 52% em 2015. A mudança coincidiu com o registro de menor proporção de famílias recebendo menos de um salário mínimo, maior proporção de mães trabalhando fora do lar, maior nível educacional materno e menor proporção de mulheres com dois ou mais filhos, além de redução de gestação na adolescência e maior proporção de mães com idade igual ou superior a 30 anos."

Trecho do artigo "Gravidez não planejada no Brasil: estudo nacional em oito hospitais universitários", disponível em Revista de Saúde Pública. 2023; 57:35, p.7 https://www.scielo.br/j/rsp/a/rLNZV93NLzLDrDSzby7DRyn/?format=pdf&lang=pt acessado em 01/07/2023.

Este artigo relata que estudo brasileiro fez uma comparação longitudinal, no Município de Pelotas, na região Sul, e avaliou que o índice de gravidez não planejada (GNP) passou de 63% em 1993 para 66% em 2004. A taxa de variação relativa, em porcentagem, dos índices de GNP, entre os anos de 1993 e 2004 no Município de Pelotas está mais próxima de:

- (A) 27,27%
- (B) 4,0%
- (C) 4,6%
- (D) 3,0%
- (E) 4,8%

Questão 20

Se uma empresa de engenharia construir 50m² linear de muro por dia, terminará a construção do muro de um batalhão de polícia, num terreno quadrangular, 3 dias antes do que se construir 30m² por dia. Nessas condições, a área aproximada do terreno é:

- (A) 3.136 m²
- (B) 3.164 m²
- (C) 50.625 m²
- (D) 18.225 m²
- (E) 1.139 m²

Noções de Direitos Humanos

Questão 21

De acordo com o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos adotado pela XXI Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 16 de dezembro de 1966, é correto afirmar que:

- (A) toda pessoa acusada de um delito terá direito a que se presuma sua culpa enquanto não for legalmente comprovada sua inocência.
- (B) o direito de toda pessoa sair livremente de qualquer país, inclusive de seu próprio país, só poderá constituir objeto de restrições, quando estas estejam previstas em lei e no intuito de proteger a segurança nacional e a ordem, a saúde ou a moral públicas, bem como os direitos e liberdades das demais pessoas, e que sejam compatíveis com os outros direitos reconhecidos no Pacto.
- (C) a liberdade de manifestar a própria religião ou crença não estará sujeita a quaisquer limitações.
- (D) o Pacto prevê a constituição de um Comitê de Direitos Humanos, composto de dezoito membros, nacionais de qualquer Estado, os quais deverão ser pessoas de elevada reputação moral e reconhecida competência em matéria de direitos humanos, sendo permitida a participação de mais de um nacional de um mesmo Estado.
- (E) nenhuma disposição do Pacto poderá ser interpretada em detrimento do direito inerente a todos os povos de desfrutar e utilizar plena e livremente suas riquezas e seus recursos naturais, salvo quando estritamente necessário à promoção da liberdade, da justiça e da paz no mundo.

Questão 22

Ao imigrante são assegurados no território nacional, em condições de igualdade com os nacionais, os seguintes direitos:

- (A) de reunião para qualquer tipo de fim.
- (B) de amplo acesso à justiça e à assistência jurídica integral gratuita, independentemente de comprovação de insuficiência de recursos.
- (C) de reunião familiar com seu cônjuge ou companheiro e seus filhos, familiares e dependentes.
- (D) de acesso a serviços públicos de saúde, excluídos os de assistência social e previdência social.
- (E) direito de sair, de permanecer e de reingressar em território nacional, desde que não esteja pendente pedido de autorização de residência, de prorrogação de estada ou de transformação de visto em autorização de residência.

A respeito do chamado controle de convencionalidade é correto afirmar que:

- (A) o controle de convencionalidade tendo como parâmetro a Convenção Americana sobre Direitos Humanos é exercido exclusivamente pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.
- (B) no campo dos direitos humanos o controle de convencionalidade é atribuído tão somente aos tribunais internacionais de direitos humanos.
- (C) o controle de convencionalidade consiste na análise da compatibilidade dos atos internos de um Estado em face das normas constitucionais de outro Estado.
- (D) no campo dos direitos humanos o controle de convencionalidade é atribuído tão somente aos tribunais nacionais.
- (E) o controle de convencionalidade consiste na análise da compatibilidade dos atos internos de um Estado em face das normas internacionais, como tratados e convenções internacionais ratificadas pelo Estado.

Questão 24

É órgão com competência para conhecer dos assuntos relacionados ao cumprimento da Convenção Americana sobre Direitos Humanos pelos seus Estados-partes:

- (A) Conselho da Europa.
- (B) Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
- (C) Corte Africana dos Direitos Humanos e dos Povos.
- (D) Assembleia Geral das Nações Unidas.
- (E) Parlamento Europeu.

Questão 25

A Emenda Constitucional nº 45 de 2004 inovou ao introduzir ao artigo 5º da CRFB/1988 o § 3º com a seguinte redação: "Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais". A partir disso, o Supremo Tribunal Federal reviu seu posicionamento referente à hierarquia dos tratados de direitos humanos no direito brasileiro. No julgamento do RE 466.343, em 2008, prevaleceu a teoria do duplo estatuto dos tratados internacionais de direitos humanos que sustenta:

- (A) a hierarquia constitucional aos tratados de direitos humanos que não foram aprovados pelo rito especial do artigo 5º § 3º da CRFB/1988, quer sejam anteriores ou posteriores à Emenda Constitucional n. 45/2004 e supraconstitucional aos tratados de direitos humanos aprovados conforme o rito especial do artigo 5º § 3º da CRFB/1988.
- (B) a hierarquia supralegal aos tratados de direitos humanos aprovados e não aprovados pelo rito especial do artigo 5º § 3º da CRFB/1988.
- (C) a hierarquia supralegal aos tratados de direitos humanos que não foram aprovados pelo rito especial do artigo 5º § 3º da CRFB/1988, quer sejam anteriores ou posteriores à Emenda Constitucional nº 45/2004 e constitucional aos tratados de direitos humanos aprovados conforme o rito especial do artigo 5º § 3º da CRFB/1988.
- (D) a hierarquia de lei ordinária aos tratados de direitos humanos que não foram aprovados pelo rito especial do artigo 5º § 3º da CRFB/1988, quer sejam anteriores ou posteriores à Emenda Constitucional nº 45/2004 e constitucional aos tratados de direitos humanos aprovados conforme o rito especial do artigo 5º § 3º da CRFB/1988.
- (E) a hierarquia constitucional aos tratados de direitos humanos aprovados e não aprovados pelo rito especial do artigo 5º § 3º da CRFB/1988.

Questão 26

A Lei nº 12.847/2013 institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (SNPCT), cujo objetivo é fortalecer a prevenção e o combate à tortura, por meio de articulação e atuação cooperativa de seus integrantes. Sobre o SNPCT assinale a alternativa correta:

(A) o SNPCT será composto pelo Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT, pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - MNPCT, pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP e pelo órgão do Ministério da Justiça responsável pelo sistema penitenciário nacional.

- (B) não é permitida a participação de entidades privadas no SNPCT, mas apenas de órgãos e entidades públicas com atribuições legais ou estatutárias de realizar o monitoramento, a supervisão e o controle de estabelecimentos e unidades onde se encontrem pessoas privadas de liberdade, ou de promover a defesa dos direitos delas.
- (C) são princípios do SNPCT a igualdade, a subjetividade, a parcialidade e a não discriminação, sendo uma de suas diretrizes a adoção das medidas necessárias, no âmbito de suas competências, para a prevenção e o combate à tortura e a outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes.
- (D) conselhos estaduais, municipais e distrital de direitos humanos, conselhos tutelares e conselhos de direitos de crianças e adolescentes e organizações não governamentais, ainda que reconhecidamente atuem no combate à tortura, não poderão integrar o SNPCT.
- (E) não cabe ao SNPCT realizar o monitoramento, a supervisão e o controle de estabelecimentos e unidades onde se encontrem pessoas privadas de liberdade, mas tão somente promover a articulação e atuação cooperativa de seus integrantes, permitindo as trocas de informações e o intercâmbio de boas práticas.

O Estatuto de Roma que institui o Tribunal Penal Internacional entende por "crime contra a humanidade", o seguinte ato, quando cometido no contexto de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, havendo conhecimento desse ataque:

- (A) escravidão.
- (B) roubo.
- (C) tráfico de drogas.
- (D) injúria.
- (E) estelionato.

Questão 28

O artigo 5º inciso XLVII da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 admite as seguintes penas:

- (A) de trabalhos forçados.
- (B) de banimento.
- (C) de caráter perpétuo.
- (D) de morte.
- (E) cruéis.

Questão 29

Há dois importantes tratados internacionais ratificados pelo Brasil sobre a prevenção e punição de atos de tortura: a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, assinada em 10 de dezembro de 1984, em Nova York, no âmbito da ONU e incorporada ao direito brasileiro pelo Decreto nº 40, de 15 de fevereiro de 1991; e a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, assinada no dia 9 de dezembro de 1985 em Cartagena e incorporada ao direito brasileiro pelo Decreto nº 98.386, de 9 de dezembro de 1989. A partir dessa base normativa internacional, em abril de 1997, foi promulgada a Lei nº 9.455 que define o crime de tortura no ordenamento jurídico brasileiro.

Com base na redação da Lei nº 9.455/1997, sobre o crime de tortura é incorreto afirmar que:

- (A) a condenação por crime de tortura acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício por igual prazo da pena aplicada.
- (B) o crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.
- (C) a pena é aumentada de um sexto até um terço se o crime for cometido por agente público.
- (D) o disposto na referida Lei aplica-se ainda quando o crime não tenha sido cometido em território nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.
- (E) o condenado por crime de tortura iniciará o cumprimento da pena em regime fechado, salvo na hipótese da pessoa que se omite em face das condutas definidas como tortura pela Lei, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las.

Questão 30

De acordo com o artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

- (A) é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
- (B) ninguém será submetido a tortura, mas permitido o tratamento desumano.
- (C) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, admitida a censura ou licença.
- (D) são invioláveis a intimidade, a vida privada, honra e a imagem das pessoas, não sendo assegurado o direito a indenização.
- (E) constitui crime prescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

Noções de Direito Administrativo e Legislação Aplicada a PMERJ

Questão 31

Os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos na Constituição Federal brasileira de 1988. A lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau, pelos juízes de direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, pelo próprio Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo militar seja superior a vinte mil integrantes, como no Estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, conforme prevê a Constituição Federal brasileira, compete à Justiça Militar estadual processar e julgar:

- (A) os militares da união, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.
- (B) os militares dos estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.
- (C) os militares dos municípios, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.
- (D) os militares dos territórios, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.
- (E) os militares dos estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente apenas dos oficiais.

Questão 32

Os policiais militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios possuem normas gerais relativas à inatividade estando previstas na Lei de Organização das Polícias Militares. A remuneração na inatividade, calculada com base na remuneração do posto ou da graduação que o militar possuir por ocasião da transferência para a inatividade remunerada, a pedido, pode ser:

- (A) integral, desde que cumprido o tempo mínimo de 35 (trinta e cinco) anos de serviço, dos quais no mínimo 30 (trinta) anos de exercício de atividade de natureza militar.
- (B) parcial, desde que cumprido o tempo mínimo de 35 (trinta e cinco) anos de serviço, dos quais no mínimo 30 (trinta) anos de exercício de atividade de natureza militar.
- (C) integral, desde que cumprido o tempo mínimo de 30 (trinta) anos de serviço, dos quais no mínimo 25 (vinte e cinco) anos de exercício de atividade de natureza militar.
- (D) parcial, desde que cumprido o tempo mínimo de 30 (trinta) anos de serviço, dos quais no mínimo 25 (vinte e cinco) anos de exercício de atividade de natureza militar.
- (E) integral, desde que cumprido o tempo mínimo de 25 (vinte e cinco) anos de serviço, dos quais no mínimo 20 (vinte) anos de exercício de atividade de natureza militar.

Questão 33

O Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Rio de Janeiro determina o direito a concessão das Férias e Outros Afastamentos Temporários do Serviço. Dessa forma, os policiais militares têm direito, ainda, aos seguintes períodos de afastamento total do serviço, obedecidas as disposições legais e regulamentares, exceto, por motivo de:

- (A) luto de 8 (oito) dias.
- (B) núpcias de 8 (oito) dias.
- (C) transferência de até 10 (dez) dias.
- (D) instalação de até 10 (dez) dias.
- (E) trânsito de até 15 (quinze) dias.

O Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Rio de Janeiro regulamenta a pensão militar e, segundo a referida normatização, é deferida em processo de habilitação, com base na ordem de prioridade e nas condições a seguir:

- (A) primeira ordem de prioridade pessoa separada de fato, separada judicialmente ou divorciada do instituidor, ou ex-convivente.
- (B) primeira ordem de prioridade cônjuge ou companheiro designado ou que comprovem união estável como entidade familiar.
- (C) primeira ordem de prioridade filhos ou enteados até vinte e um anos de idade ou até vinte e quatro anos de idade, se estudantes universitários ou, se inválidos, enquanto durar a invalidez.
- (D) primeira ordem de prioridade menor sob guarda ou tutela até vinte e um anos de idade ou, se estudante universitário, até vinte e quatro anos de idade ou, se inválido, enquanto durar a invalidez.
- (E) primeira ordem de prioridade a mãe e o pai que comprovem dependência econômica do militar.

Questão 35

As Polícias Militares instituídas para a manutenção da ordem pública e segurança interna nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal possuem uma hierarquia na composição de seus quadros institucionais. De acordo com a Lei de Organização das Polícias Militares, os Praças de Polícia, possuem a seguinte hierarquia prevista na lei:

- (A) Graduados: Subtenente; 1º Sargento; 2º Sargento; 3º Sargento; Soldado e Cabo.
- (B) Graduados: 1º Sargento; 2º Sargento; 3º Sargento; Cabo; Soldado e Subtenente.
- (C) Graduados: Cabo; Soldado; Subtenente; 1º Sargento; 2º Sargento e 3º Sargento.
- (D) Graduados: 1º Sargento; 2º Sargento; 3º Sargento; Soldado; Subtenente; Cabo.
- (E) Graduados: Subtenente; 1º Sargento; 2º Sargento; 3º Sargento; Cabo e Soldado.

Questão 36

O Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Rio de Janeiro prevê diversos direitos e prerrogativas dos integrantes da carreira. Assim, assegura que são considerados dependentes do policial militar, exceto:

- (A) a ex-esposa, com direito a pensão alimentícia estabelecida por sentença transitada em julgado, enquanto não contrair novo matrimônio.
- (B) a esposa.
- (C) o filho menor de 21 (vinte e um) anos, ou inválido ou interdito.
- (D) a filha solteira, desde que não receba remuneração.
- (E) o filho estudante, maior de 25 (vinte e cinco) anos, desde que não receba remuneração.

Questão 37

Conforme determina o Estatuto Dos Policiais Militares do Estado do Rio de Janeiro, o Policial Militar que, por sua atuação, se tornar incompatível com o cargo ou demonstrar incapacidade no exercício de funções policiais militares a ele inerentes, será afastado do cargo. Dessa forma, são competentes para determinar o imediato afastamento do cargo ou impedimento do exercício da função, conforme descreve a supracitada normatização, a seguinte autoridade, exceto:

- (A) Presidente da República.
- (B) Governador do Estado.
- (C) Secretário de Estado de Segurança Pública.
- (D) Comandante Geral da Polícia Militar.
- (E) comandantes, os chefes e os diretores, na conformidade da legislação ou regulamentação da corporação.

Questão 38

A Constituição do Estado do Rio de Janeiro dispõe que são servidores militares estaduais os integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar. As patentes, com prerrogativas, direitos e deveres a elas inerentes, são asseguradas em plenitude aos oficiais da ativa, da reserva ou reformados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, sendo-lhes privativos os títulos, postos e uniformes militares. Tais patentes são conferidas pela seguinte autoridade competente:

- (A) Presidente do Congresso Nacional.
- (B) Presidente da República.
- (C) Governador do Estado.
- (D) Prefeito Municipal.
- (E) Presidente da Assembleia Legislativa Estadual.

O Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Rio de Janeiro prevê que os policiais militares são alistáveis, como eleitores, desde que oficiais, aspirantes-a-oficial, alunosoficiais, subtenentes e sargentos. Assim, os policiaismilitares alistáveis são elegíveis, atendidas as seguintes condições normativas:

- (A) se em atividade, com 20 (vinte) ou mais anos de serviço, ao se candidatarem a cargo eletivo, serão afastados, temporariamente, do serviço ativo e agregados, considerados em licença para tratar de interesse particular, se eleitos, serão, no ato da diplomação, transferidos para a reserva remunerada, percebendo a remuneração a que fizerem jus, em função do tempo de serviço.
- (B) se em atividade, com 10 (dez) ou mais anos de serviço, ao se candidatarem a cargo eletivo, serão afastados, temporariamente, do serviço ativo e agregados, considerados em licença para tratar de interesse particular, se eleitos, serão, no ato da diplomação, transferidos para a reserva remunerada, percebendo a remuneração a que fizerem jus, em função do tempo de serviço.
- (C) se em atividade, com 15 (quinze) ou mais anos de serviço, ao se candidatarem a cargo eletivo, serão afastados, temporariamente, do serviço ativo e agregados, considerados em licença para tratar de interesse particular, se eleitos, serão, no ato da diplomação, transferidos para a reserva remunerada, percebendo a remuneração a que fizerem jus, em função do tempo de serviço.
- (D) se em atividade, com 5 (cinco) ou mais anos de serviço, ao se candidatarem a cargo eletivo, serão afastados, temporariamente, do serviço ativo e agregados, considerados em licença para tratar de interesse particular, se eleitos, serão, no ato da diplomação, transferidos para a reserva remunerada, percebendo a remuneração a que fizerem jus, em função do tempo de serviço.
- (E) se em atividade, com 25 (vinte e cinco) ou mais anos de serviço, ao se candidatarem a cargo eletivo, serão afastados, temporariamente, do serviço ativo e agregados, considerados em licença para tratar de interesse particular, se eleitos, serão, no ato da diplomação, transferidos para a reserva remunerada, percebendo a remuneração a que fizerem jus, em função do tempo de serviço.

Questão 40

De acordo com a Constituição Federal brasileira de 1988, é de competência dos juízes de direito do juízo militar processar e julgar, singularmente, os crimes:

- (A) militares cometidos contra civis e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, cabendo ao conselho de justiça, sob a presidência de juiz de direito, processar e julgar os demais crimes civis.
- (B) civis cometidos contra civis e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, cabendo ao conselho de justiça, sob a presidência de juiz de direito, processar e julgar os demais crimes militares.
- (C) civis cometidos contra militares e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, cabendo ao conselho de justiça, sob a presidência de juiz de direito, processar e julgar os demais crimes militares.
- (D) militares cometidos contra civis e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, cabendo ao conselho de justiça, sob a presidência de juiz de direito, processar e julgar os demais crimes militares.
- (E) civis cometidos contra civis e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, cabendo ao conselho de justiça, sob a presidência de juiz de direito, processar e julgar os demais crimes civis.

Noções de Direito Penal e Processual Penal

Questão 41

Norberto, com intenção de obter uma vantagem, e após conseguir um uniforme similar ao utilizado pela equipe de manobristas de uma casa noturna, dirigiu-se ao estacionamento da boate e por ali permaneceu, sem ser notado, aguardando potenciais vítimas. Cardoso, um cliente assíduo do estabelecimento, chega à boate e, induzido por Norberto, entrega a ele, voluntariamente, a chave de seu carro para que fosse estacionado. Norberto, com a posse da chave, foge do local levando o veículo de Cardoso.

Nos termos estritos da narrativa acima e de acordo com que dispõe o Decreto-Lei n. 2.848, de 1940 (Código Penal), Cardoso foi vítima de:

- (A) furto.
- (B) apropriação.
- (C) estelionato.
- (D) furto de coisa comum.
- (E) receptação.

Questão 42

Depois de uma ligeira discussão travada na arquibancada de um estádio de futebol, Dionísio, fisicamente mais forte, ameaça Bento prometendo matá-lo após o término da partida. No intervalo do jogo, Bento decide ir ao lavatório, momento em que percebe Dionísio vindo firme e apressadamente em sua direção, com as mãos para trás, dando a entender que estaria armado. Imaginando que seria morto por Dionísio, pelo fato de ter sido ameaçado anteriormente, Bento saca um pesado artefato de metal e arremessa na cabeça de Dionísio, causando-lhe a morte. Ouvidas as testemunhas presentes e analisadas as câmeras do local, contatou-se que Dionísio não estava armado, apenas portava um celular, e a pressa para se deslocar estava relacionada a vontade de não perder o início do segundo tempo.

De acordo com as informações estritamente narradas acima, Bento agiu em:

- (A) legitima defesa sucessiva, por erro inevitável, diante das circunstâncias em que o agente se encontrava.
- (B) estado de necessidade putativo, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, em que o agente supôs situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima.
- (C) exercício regular de direito, por erro inevitável do agente sobre a ilicitude do fato.
- (D) estado de necessidade justificante, excluindo a culpa do agente, mas permitindo a punição por crime doloso.

(E) legítima defesa putativa, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, em que o agente supôs situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima.

Questão 43

O inquérito policial tem por finalidade subsidiar o oferecimento da denúncia ou da queixa pelo titular da ação penal e tem sido classificado como peça de natureza administrativa. Criado em 1871, enquanto ainda vigorava o regime imperial, o inquérito policial passou por intensas transformações ao longo do tempo, principalmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual concebeu nova face ao direito penal e processual penal, à luz da dignidade da pessoa humana e do respeito aos direitos e às garantias fundamentais. (Adaptado.) Fonte: STJ.

Disponível em: https://www.stj.jus.br/sites/portalp/
Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/12022023-O
inquerito-policial-segundo-o-STJ-respeito-aos-direitos-eas-garantias-fundamentais . (adaptado)

Considerando o Inquérito Policial e as atividades de polícia judiciária, avalie as situações a seguir:

- I. em relação à infração penal prevista no art. 239 (Promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro) da Lei 8.069/90 (Estatuto da criança e do adolescente), o delegado de polícia poderá requisitar, de quaisquer órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada, dados e informações cadastrais da vítima ou de suspeitos.
- II. durante a fase de inquérito policial, o delegado de polícia tem poder para determinar a prisão temporária do indiciado.
- III. a autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 5 (cinco) anos.
- IV. é direito do defensor do investigado o amplo acesso aos elementos de prova, que já estejam documentados nos autos da investigação policial.

V. após concluídas as investigações, não havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, o delegado de polícia deverá promover o arquivamento do inquérito policial, em homenagem ao princípio constitucional da presunção de inocência.

É correto apenas o que se afirma em:

- (A) I, II e IV.
- (B) I e III.
- (C) III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) II, III e V.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) estão sendo empreendidos com diferentes parceiros, em âmbito global e regionais, a fim de se alcançar um mundo mais pacífico. "Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade". https://brasil.un.org/pt-br/take-action.

O objetivo "16" ("Paz, Justiça e Instituições") visa garantir a igualdade de acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os setores; promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional; reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais; reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado; reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas; assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais entre outras metas descritas na "Agenda da https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/16 (adaptado)

Considerando os problemas estruturais graves do sistema prisional e do sistema socioeducativo do Brasil, em janeiro de 2019, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) passou a liderar o Programa para a construção de alternativas possíveis à cultura do encarceramento, o "Justiça Presente", em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento na execução das atividades em escala nacional. O "Manual de Gestão para as Alternativas Penais" foi apresentado pelo CNJ em 2020, aliando-se à Resolução 288, aprovada pelo Conselho em 2019 e que define a política institucional do Judiciário para as alternativas penais, mudando o enfoque para uma abordagem restaurativa em substituição à privação de liberdade, com as modalidades e os mecanismos para tanto. (adaptado)

https://www.cnj.jus.br/wpcontent/uploads/2020/09/manual-de-gest%C3%A3o-de-alternativaspenais eletronico.pdf

Considerando os textos apresentados, no âmbito das medidas cautelares e da proteção das liberdades fundamentais, assinale a opção correta.

- (A) A natureza cautelar da prisão preventiva impede sua decretação na fase pré-processual (inquérito policial).
- (B) A prisão antes do julgamento é excepcional, permitida apenas quando não for possível sua substituição pelas medidas cautelares diversas, as quais podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com o Código de Processo Penal.
- (C) Em homenagem ao princípio constitucional da ampla defesa, é cabível a suspensão condicional do processo, em situação de violência doméstica e familiar contra a mulher, apenas nas infrações de menor potencial ofensivo.

- (D) A fiança, como uma medida cautelar alternativa, só poderá ser arbitrada em caso de resistência injustificada do infrator à ordem judicial.
- (E) As medidas cautelares alternativas à prisão não podem ser aplicadas cumulativamente, pois ferem o sentimento de dignidade da pessoa.

Questão 45

Nos termos do art. 158-A do Código de Processo Penal Brasileiro, considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.

No âmbito da prova penal, marque a alternativa correta.

- (A) No exame para o reconhecimento de escritos, por comparação de letra, a pessoa investigada a quem se atribua ou se possa atribuir o escrito falso será intimada para o ato, não podendo se negar a realizá-lo, sob pena de indiciamento compulsório no inquérito policial.
- (B) Para a facilitação da defesa de seus direitos, a inversão do ônus da prova é aplicável ao processo penal, tal como acontece no direito consumerista.
- (C) Corpo de delito é o conjunto dos elementos materiais deixados pela infração penal.
- (D) Segundo o Código de Processo Penal, o juiz ou a autoridade policial negará a perícia e o exame de corpo de delito, requeridos pelas partes, quando não forem necessários ao esclarecimento da verdade.
- (E) Corpo de delito é o exame submetido pela vítima de violência física, qualquer que seja a infração penal, para comprovar a prática delitiva.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal fixou requisitos decretação da prisão temporária, para cumulativamente: 1) for imprescindível para as investigações do inquérito policial, constatada a partir de elementos concretos, e não meras conjecturas, vedada a sua utilização como prisão para averiguações, em violação ao direito à não autoincriminação, ou quando fundada no mero fato de o representado não ter residência fixa; 2) houver fundadas razões de autoria ou participação do indiciado nos crimes descritos no artigo 1°, inciso III, da Lei 7.960/1989, vedada a analogia ou a interpretação extensiva do rol previsto; 3) for justificada em fatos novos ou contemporâneos; 4) for adequada à gravidade concreta do crime, às circunstâncias do fato e às condições pessoais do indiciado; 5) não for suficiente a imposição de medidas cautelares diversas, previstas nos artigos 319 e 320 do Código de Processo Penal (CPP). Fonte. STF. (adaptado) Disponível em: https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticia Detalhe.asp?idConteudo=481715&ori=1

Em relação à prisão temporária, prevista na Lei n° 7.960/1989, assinale a alternativa correta.

- (A) Decorrido o prazo contido no mandado de prisão, a autoridade responsável pela custódia deverá aguardar nova ordem da autoridade judicial, para pôr o preso em liberdade, podendo determinar a prorrogação da prisão temporária ou da decretação da prisão preventiva por até mais 5 (cinco) dias.
- (B) A prisão será decretada pelo Juiz, de ofício, ou em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá o prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- (C) Exclui-se o dia do cumprimento do mandado de prisão no cômputo do prazo de prisão temporária.
- (D) Poderá ser decretada a prisão pelo Juiz para os crimes que a admitem, tanto na fase pré-processual (inquérito policial), quanto na fase pré-processual (ação penal).
- (E) O Juiz poderá, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público e do Advogado, determinar que o preso lhe seja apresentado, solicitar informações e esclarecimentos da autoridade policial e submetê-lo a exame de corpo de delito.

Questão 47

Relativamente aos crimes contra a dignidade sexual, avalie as situações hipotéticas apresentadas nos itens a seguir.

I. o crime de "assédio sexual" ocorre quando alguém constrange a vítima com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, independentemente da condição de superior hierárquico do agente.

II. no crime de "assédio sexual", a pena é aumentada em até um terço se a vítima é menor de 18 (dezoito) anos.

III. configura o crime de "favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável", submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone.

IV. segundo o Decreto-Lei nº 2848/1940 (Código Penal Brasileiro), configura crime de "estupro" aquele que praticar conjunção carnal ou outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos.

V. no crime de "importunação sexual", a ação penal é exercida mediante queixa da vítima.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e V, apenas.

Em relação à culpabilidade e à imputabilidade do agente, assinale a opção correta.

- (A) São elementos que integram a culpabilidade, segundo a teoria "normativa pura" (concepção finalista): imputabilidade, possibilidade de conhecimento da ilicitude do fato e exigibilidade de conduta diversa.
- (B) A hipótese configura "embriaguez voluntária", quando o agente, com o objetivo principal de cometer extorsão, embriaga-se para ter coragem suficiente para a prática do ato criminoso.
- (C) Para definir "maioridade penal", a legislação brasileira adotou o sistema "biopsicológico", considerado inimputável os menores de 18 (dezoito) anos, independentemente de possuir a plena capacidade de entender a ilicitude do fato ou de determinar-se segundo esse entendimento.
- (D) O agente que, embora diagnosticado com uma doença mental, era, ao tempo da ação ou da omissão, capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, será considerado inimputável para efeitos de isenção de pena.
- (E) A emoção e a paixão excluem a imputabilidade penal do agente.

Questão 49

Hudson dançava animadamente em uma boate carioca quando foi surpreendido com um violento soco desferido por um frequentador da casa noturna. A polícia militar foi acionada e conduziu todos os envolvidos à delegacia. O delegado de polícia de plantão registrou a ocorrência pela prática do crime de lesão corporal simples (art. 129 caput do Código Penal), lavrando, em seguida, o termo circunstanciado.

Diante da situação estritamente narrada acima, assinale a alternativa correta em relação ao potencial ofensivo da infração e a espécie de ação penal, respectivamente:

- (A) Infração de menor potencial ofensivo; ação penal de iniciativa pública incondicionada.
- (B) Infração de menor potencial ofensivo; ação penal de iniciativa pública condicionada à representação do ofendido.
- (C) Contravenção penal; ação penal de iniciativa pública condicionada à representação do ofendido.
- (D) Infração de médio potencial ofensivo; ação penal de iniciativa pública incondicionada.
- (E) Todas as infrações que lesam a integridade física de alguém são consideradas graves; ação penal de iniciativa pública incondicionada.

Questão 50

De acordo com a Lei 11.343/2006 que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, analise os itens a seguir:

I. é isento de pena o agente que, em razão da dependência, ou sob o efeito, proveniente de caso fortuito ou força maior, de droga, era, ao tempo da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

II. as medidas educativas previstas pela lei são: advertência sobre os efeitos das drogas; prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento à programa ou curso educativo.

III. para garantia do cumprimento das medidas educativas de prestação de serviços à comunidade, que injustificadamente se recuse o agente, poderá o juiz submetê-lo, sucessivamente a: admoestação verbal; multa.

IV. para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade mínima da substância apreendida, à localização do fato e a circunstância de ser o agente reincidente ou não em crime da mesma natureza

V. É isento de crime e de pena quem, para consumo pessoal, semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) II, IV e V, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) II, III e V, apenas.